

O PROFESSOR DE HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA DO PARANÁ.¹

Lucinéia Cunha Steca (UEL)*

RESUMO: Este artigo procura refletir sobre o ensino de História do Paraná, ministrado por professores de escolas estaduais no Ensino Fundamental II e Médio, bem como, sobre a ação dos professores, para tentar compreender como os mesmos pensam e ministram aulas sobre a História do Paraná, pois no nosso entender, a questão envolve alguns problemas, uma vez que se trata de um conteúdo inserido no Currículo, e determinado por lei. Desse modo, busca-se analisar algumas obras consideradas clássicas sobre história do Paraná que se encontram disponíveis como fontes de consulta para professores, apontando alguns problemas enfrentados pelo docente na elaboração de suas aulas sobre esse conteúdo e, procura refletir em que medida a formação inicial do professor historiador tem-lhe dado uma visão que permita trabalhar com história do Paraná, possibilitando um ensino com maior criticidade, o que colabora para a construção de uma sociedade melhor.

Palavras-chave: Ensino de história do Paraná. Formação do Professor. Conhecimento.

THE TEACHER OF HISTORY OF PARANÁ

ABSTRACT: This article tries to contemplate on the teaching of History of Paraná, supplied by teachers of state schools in the Fundamental Teaching II and Medium, as well as, about the teachers' action to try to understand as the same ones think and they supply classes on the History of Paraná, because in ours to understand, the subject involves some problems, once it is a content inserted in the Curriculum, and certain for law. In the way, it is looked for to analyze some works considered classic on history of the Paraná that are available as consultation sources for teachers, pointing some problems faced by the teacher in the elaboration of your classes on that content and, tries to contemplate in that measured the teacher historian's initial formation has been giving a vision that allows to work with history of Paraná, making possible a teaching with larger criticism, what collaborates for the construction of a better society.

Words-Key: Teaching of History of Paraná, Formation of The Teacher.Knowledge.

Introdução

Num momento em que se discute a questão ‘como se aprende História’, e, portanto de que modo se deveria ensiná-la, surge concomitante a discussão sobre a formação docente que nos leva cada vez mais às considerações sobre o entorno desse mesmo professor, sua experiência de vida, seu ambiente profissional, suas relações pessoais, uma vez que as

¹ STECA, Lucinéia C. **A prática docente do professor de história:** um estudo sobre o ensino de história do Paraná nas escolas estaduais de Londrina. 2008. (155)f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação, em Educação, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito final para a obtenção do título de Mestre. Orientadora: Prof^a Dr^a Marlene Cainelli.

práticas formativas e a necessidade desse aprimoramento profissional não estão presentes apenas nos aspectos técnicos, políticos e profissionais do educador.

Entendemos que a formação do professor vai muito além dos cursos de formação inicial e que o professor é um indivíduo que detém conhecimentos que o permitem realizar a ação de levar o educando a progredir numa relação de ensino-aprendizagem. (TARDIFF; RAYMOND, 2000; GAUTHIER, 1998).

O domínio da ação pedagógica para o ensino desses conteúdos seria disponibilizado através de um programa de formação de professores, que estaria ligado a uma política pública de ensino, interessada em determinar um modelo de comportamento para o professor. (GAUTHIER, 1998, p.114, 115).

Desse modo, para Gauthier, esperar que apenas os cursos de formação alterem o fazer do professor é complicado porque implicaria em alterar toda a estrutura do ensino, da educação e das escolas.

Tardif e Raymond (2000) reforçam essa idéia, observando que a aprendizagem do magistério não se efetiva apenas com os conhecimentos teóricos e técnicos dos cursos de formação, mas ela se completa com a prática, juntando o que chamam de saber ser ao saber fazer do professor. Os autores afirmam que ao assimilar “rotinas e práticas de trabalho” e, somá-las “às regras e valores de sua organização”, o professor adquire o *Knowledge* que, num sentido amplo, pode ser entendido como os saberes que sustentam a ação pedagógica docente na escola. (TARDIFF; RAYMOND, 2000: p.4).

Esses saberes, de acordo com os autores citados, implicariam na formação inicial e contínua dos professores, nas determinações curriculares, na interação com seus pares, nos conhecimentos adquiridos, na prática profissional e na cultura pessoal, que formam as habilidades ou competências do docente, do mesmo modo que modelam sua atitude em sala de aula.

Considerando a formação do professor como algo ligado a sua existência e às interações sociais, pensamos que uma iniciativa particular do docente não bastaria para modificar a realidade que se lhe apresenta, mesmo porque, em tempos de política neoliberal, a maioria dos professores estão empobrecidos em suas condições econômicas e não conseguiriam promover sua parte nessa tarefa, ainda que consciente da sua necessidade, pois a história de vida do professor influencia diretamente nesse processo e a “[...] a formação do professor extrapola as dimensões acadêmicas e profissionais mais objetivas, incluindo a experiência social e pessoal”. (SILVA, 2004: p.11).

No Paraná, a preocupação com a formação continuada dos professores para sua prática pode ser percebida, a partir dos anos 80, com os governos de José Richa (1983-1986) e Álvaro Dias (1987-1991). A partir desses governos, mudaram também as políticas públicas de educação.

Refletir sobre como ocorreu e tem ocorrido a formação do professor no que tange à capacitação, aperfeiçoamento ou “reciclagem”, é pensar como se deseja que sejam trabalhados os conteúdos e de que forma se almeja a construção de novos saberes no espaço escolar. Parece não haver transformação em ensino que não esteja atrelada a esse pressuposto. Ranzi e Martins (2003) nos lembram que a formação inicial do professor influencia diretamente no modo como ele seleciona os conteúdos e trabalha os conceitos apresentados no currículo oficial, mas a efetivação desse currículo se dará na prática, nas salas de aulas, e aí implicam as experiências de vida do professor. (RANZI; MARTINS, 2003: p.281).

Quando se observa a realidade do exercício da profissão docente nas escolas estaduais percebe-se os entraves proporcionados pela falta de valorização da profissão, a deficiente infraestrutura nas escolas, a pequena carga horária dada à disciplina, no caso a de História, com apenas duas horas aulas semanais em cada turma, o que restringe muito o trabalho do professor, o elevado número de turmas e de alunos e a escolha de um material didático sobre o qual, por vezes, o professor não opinou. São dificuldades a serem enfrentadas que acabam pondo por terra os idealismos que possam ainda persistir. E a escola, entre a voz do Estado através da legislação e a voz do livro didático, se torna surda à voz do professor.

Ao nosso ver, não estamos supervalorizando o livro didático na prática do professor, uma vez que, muitos docentes ainda pautam suas aulas nas orientações dos livros didáticos não os utilizando apenas como uma referência, mas sim como um suporte ao seu fazer.

Oliveira (2003), analisando essa questão, sugere que, se o Ensino Fundamental e Médio fossem alvos de estudos e reflexão durante todo o curso de graduação e não apenas em curtos estágios, talvez o desempenho dos professores fosse diferente, pois eles estariam seguramente melhor preparados.

Também não podemos esquecer que os professores são sujeitos múltiplos, que interagem por meio do compartilhamento de suas experiências significativas, o que implica em sua formação ou deformação e, em sua atuação no ensino. O fato de ele ter tido uma formação dentro de uma determinada concepção teórica, tendo que trabalhar numa instituição de ensino que, por vezes, apresentava outra concepção, entrar em contato com as novas concepções ao longo de sua carreira, fosse por meio de livros didáticos ou por contatos com colegas ou especializações cursadas, poderia tê-lo tornado, como denomina Cunha (2005), um

professor eclético que utiliza com sutileza as melhores abordagens dentro das várias correntes em benefício último da qualidade do seu fazer. (CUNHA, 2005: p.131).

Como quase não se proporcionam momentos de encontro entre os professores de História para que possam refletir em conjunto quanto a sua prática, fica difícil conseguir um momento de trocas de experiências e sugestões, ou mesmo uma oportunidade de pensar sobre a relevância do material didático utilizado. Não há uma discussão coletiva quanto aos livros ou outros materiais, nem quanto aos objetivos a serem alcançados com as propostas curriculares. Assim, isolado, o professor de História fica subsumido em sua prática, que, a não ser pelo seu esforço e interesse pessoal, torna-se uma reprodução automática, ano após ano.

No que se refere à formação para ensinar história regional e local do Paraná, a situação não é diferente. A dificuldade de encontrar material sistematizado que facilite sua consulta e materiais didáticos adequados às fases de ensino, talvez tenha sido responsável pelo fato dos 114 materiais didáticos, produzidos para atender ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE), em 2007, 47 deles, ou seja, mais de 50%, reportarem-se ao tema história local ou regional.

Acreditamos que esse fato tenha decorrido da necessidade constatada pelos professores de ampliar seus conhecimentos sobre esse conteúdo, uma vez que apesar da existência de uma legislação determinando a ação docente, as perguntas continuam: Como e por que ensinar história local ou regional? E por que devem os educandos aprendê-la? Somente a partir da ciência da resposta a estas questões pelos professores é que se poderia iniciar qualquer discussão sobre o assunto.

Foi pensando nessa dificuldade de sistematização de materiais acadêmicos para as salas de aulas, que analisamos algumas obras de referência que baseiam a ação do professor e, consideramos mediante a significativa produção do curso PDE 2007, sobre esse assunto, nossa escolha pode ser considerada feliz. As obras de referência que nossa pesquisa apontou como sendo usadas pelos professores para ministrarem aulas sobre história do Paraná, foram escolhidas a partir do resultado de pesquisas realizadas com trinta e cinco professores do Ensino Fundamental II e Médio das escolas públicas estaduais de Londrina, em 2007, tendo sido apontadas por esses docentes, cinco obras como referência: “História do Paraná”, de Romário Martins²; “Viagem através do Brasil” de Ariosto Espinheira; “História do Paraná”

² Segundo Silva, W., Romário Martins, nasceu em Curitiba em 8 de dezembro de 1874. Seu primeiro trabalho publicado foi sobre historiografia paranaense com o tema ‘Combate de Cormorant’, em 1898. No ano seguinte, publicou ‘História do Paraná’, uma monografia adotada nas escolas públicas. Também publicou entre 1899 e

de Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen; “História do Paraná” de Ruy Christovam Wachowicz e, a “Coleção História do Paraná, Textos Introdutórios” uma coleção de cinco volumes de vários autores.³

Em nosso estudo, encontramos essas obras disponíveis ou sendo utilizadas pelos professores que trabalham esse conteúdo nas aulas de História e tentamos analisá-las. A produção de materiais didáticos ou paradidáticos sobre história do Paraná nem sempre ocorreu por incentivo governamental, mas seu destino sempre foi os primeiros anos do Ensino Fundamental I, também chamado de Ensino Primário. Com o tempo, algumas obras receberam o incentivo do Estado para a publicação e distribuição nas escolas e a indicação para aplicação no que seria o Ensino Ginásial ou de 1º grau, que corresponderia ao Ensino Fundamental II.

Pensando na estrutura desse artigo, optamos por uma breve análise de duas das cinco obras analisadas em nosso estudo e que foi distribuída pelo governo e pode ser, portanto, encontrada nas bibliotecas das escolas públicas do Paraná, estando mais acessíveis aos professores de Ensino Fundamental e Médio. Procuramos também obedecer a uma seqüência temporal, para podermos analisar essa obra dentro do contexto em que foi elaborada.

A obra, “História do Paraná”, de Romário Martins (1889), foi a primeira obra sobre história do Paraná, lançada em plena construção do movimento paranista que objetivava desenvolver uma identidade paranaense. Foi reeditada e atualizada várias vezes e recomendada como bibliografia a ser consultada pelos professores nas escolas. Essa referência é consultada por escritores e professores até hoje e, aborda questões regionais do Estado, como aspectos físicos, sócio-econômicos e políticos de forma cronológica e cíclica⁴.

1903, o ‘Almanach do Paraná’. Romário Martins também fundou o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico paranaense e diretor do Museu Paranaense de 1901 até 1923. (SILVA, W. ...2001).

³ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1; ESPINHEIRA, Ariosto. **Viagem através do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos Indústrias de Papel. [1952?]. v.7; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Educação e cultura no Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 2002. (Coleção História do Paraná, Textos Introdutórios). SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Paraná: vida material, vida econômica**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná, Textos Introdutórios); OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná, Textos Introdutórios); NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001. (Coleção História do Paraná, Textos Introdutórios); MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná, Textos Introdutórios);

⁴ De acordo com Assunção (2000), “A ênfase sobre o setor de exportação distinguiu, durante muito tempo, a historiografia brasileira. Foi Roberto Simonsen (1937), quem introduziu a periodização da economia brasileira em “ciclos”, caracterizados cada qual por um produto de exportação dominante. A sucessão de ciclos (açúcar, ouro, café), constituiu-se em ortodoxia na história econômica do Brasil. Como seus críticos sublinharam (Linhares e Teixeira da Silva, 1981), esta concepção levou à subestimação dos outros setores da economia e mesmo de regiões inteiras – aquelas que não estavam passando por um “boom” nas exportações, ou aquelas

Acreditamos que a obra original não deva ter apresentado essa concepção da economia do Estado em ciclos, mesmo porque é uma concepção que só apareceu na década de 1930, muito tempo depois da sua primeira publicação, em 1899. Entretanto, como houve várias edições posteriores, acreditamos que o autor deva ter adequado a obra de acordo com as novas concepções historiográficas. O que nos chama a atenção é o fato de várias obras utilizarem essa divisão em ciclos econômicos para tratar a economia do Paraná e apresentar como referência a obra do autor.

Os dois primeiros volumes apresentam os aspectos físicos do Estado e a sua população indígena. Depois relata a história do Paraná, iniciando pela posse da terra, seguida da organização jesuítica; descoberta e abertura dos caminhos históricos do litoral e do interior; participação dos imigrantes no desenvolvimento do Estado; ação dos bandeirantes na destruição das reduções indígenas; do estabelecimento e da organização do poder público; exploração aurífera; povoamento do litoral e do primeiro planalto; expansão do povoamento para o interior (agricultura e pecuária); participação do Estado em revoltas, revoluções e guerras; emancipação política da província; composição e formação do povo paranaense; movimento abolicionista no Estado e da posição do Estado frente à República, sendo que os quatro últimos capítulos foram destinados a descrever com detalhes a organização e a composição política do Estado, sendo o último voltado especificamente para a ação de seus administradores.

A obra é ressaltada por sua probidade em termos de fontes e abrangência e por ser considerada inovadora inauguradora da história regional no Paraná. Romário Martins produziu mais de 70 livros sobre o Paraná e, aos 25 anos, já liderava a criação e a organização do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGP).⁵²

onde este setor estava em crise e que, em conseqüência, eram tachadas de “decadentes”. Mesmo nos enfoques marxistas da década de 1970, a economia doméstica ainda era considerada a variável dependente (Novais, 1979: 111; Gorender, 1978: 257), e identificada com uma economia de subsistência, de caráter predominantemente não-mercantil. Tanto Caio Prado Jr. (1963) – o primeiro a analisá-la – quanto Celso Furtado (1972), amalgamavam no conceito de economia de subsistência a produção para o consumo próprio e a produção para mercados locais e regionais.” (ASSUNÇÃO, 2000).

⁵ □ O Instituto Histórico Geográfico do Paraná foi fundado em 24 de maio de 1900, numa reunião realizada nas dependências do Clube Curitibano. É uma Fundação organizada de acordo com o modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), com o objetivo de dar apoio e agilizar a pesquisa histórica no Brasil, fornecendo instrumentos que permitissem aos pesquisadores brasileiros reunir dados de pesquisas tanto nacionais quanto estrangeiras. Porém, de acordo com Silva, o caráter acadêmico desses institutos os tem desviado desse objetivo, e “muitas vezes prevalecia o caráter acadêmico, avesso a tais iniciativas e propenso a trabalhos mais ornamentais e sociais, como comemorações, necrológios, elogios históricos, conferências e discursos. Assim, os Institutos Históricos da época limitavam-se a propagar o pensamento de seu principal expoente Francisco Adolfo Varnhagen, que sintetizou a tendência de uma historiografia expressa na idéia de que a História era o meio indispensável para forjar a nacionalidade. Essa concepção de história implicava traçar

Como todo e qualquer material de pesquisa, ele deve ser usado de forma contextualizada considerando o momento histórico em que a obra foi produzida, pois nesse caso, o texto traduz o ufanismo com que o Paraná era apresentado diante da necessidade do governo projetar o Estado em nível nacional. Por isso, encontra-se no texto da obra certa hipervalorização de seus aspectos físicos e de sua gente. Importava naquele momento desenvolver nos cidadãos a idéia de valor do Estado e a construção - utilizando emprestado o termo usado por Gevaerd (2003) - de um “sentimento de paranidade”, ou seja, “um pensamento permeado por idéias veiculadas desde o século XIX e que acompanham o Paraná na construção de sua identidade”. (TRINDADE apud. GEVAERD, 2003, p.2).

Outra obra escolhida foi “História do Paraná” de Ruy Christovam Wachowicz, que foi professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, de 1965 a 1991 é muito utilizada por professores da rede para elaborar as aulas de história do Paraná.

A obra analisada é a 7ª edição lançada em 1995. O livro que o autor, no período, classificou como didático, apresenta como capa uma obra artística que representa a chegada em Curitiba de Zacarias de Góes e Vasconcelos em 1853, um quadro de Arthur Nisio que faz parte do Acervo Palácio Iguaçu.

Do mesmo modo que o quadro de Pedro Américo representando a Independência do Brasil, Nisio mostra uma chegada triunfal com homens e mulheres bem trajados ao centro e só nas extremidades aparecem alguns “pés-descalços” que se aproximariam mais da realidade da Província na época, que era bem pobre. É uma obra idealizada da chegada do novo administrador da Província e sua comitiva. Com 277 páginas, traz, além de textos onde se desenvolvem os conteúdos, leituras complementares adicionais na forma de documentos, para serem analisados pelo aluno com a orientação do professor. A presença de “leitura documental” é justificada por Wachowicz por atender a uma didática atual na época, que se recomendava exercício de interpretação pelo aluno.

A obra sofreu uma reestruturação a partir da 6ª edição com algumas atualizações de conteúdo, mas como essa edição foi a que mais encontramos circulando entre os professores de história, optamos por fazer a análise dessa edição.

A obra de Wachowicz tenta tratar ‘toda a história’ do Paraná. Ao longo de suas páginas, são feitas algumas indicações que nos permitem perceber a obra de Romário Martins como apoio, o que é comum a todas as cinco obras analisadas em nosso trabalho.

a história na linha do tempo, articulando passado, presente e futuro, num processo linear marcado pela noção de progresso”. (SILVA, 2001, p.103).

Entre outros assuntos, trata da questão indígena paranaense, classificando as populações indígenas americanas, tendo por base sua cultura, traçando um mapa etno-histórico das tribos que viveram no Estado.

O autor prossegue, esclarecendo sobre a penetração portuguesa e espanhola, através das tribos como a dos Carijós e da ação dos jesuítas com os povoados de Atalaia, São Pedro de Alcântara e outras. Ao mesmo tempo, vai de certa forma situando essa história regional dentro da História do Brasil, até o período Republicano, trazendo a questão indígena no país, até a década de 1980.

Na seção Leitura e Documentos, traz a “Origem das populações americanas”, discutindo as teorias do surgimento do homem no nosso continente, um outro sobre os Sambaquis e um terceiro sobre os índios Xetás na Serra dos Dourados, município de Umuarama. Apresenta ilustrações sobre essas passagens e textos complementares que discutem a integração do índio na sociedade paranaense, extraídos de documentos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Por último, há um vocabulário bastante elucidativo. Esses textos complementares se fazem presentes ao final de todos os capítulos. Esse formato é padrão nos vinte e um capítulos do livro.

Do mesmo modo, o autor aborda questões como a escravidão, o processo de imigração, povoamento e conquista e ocupação.

Entretanto, Wachowicz deixa alguns pontos em aberto, que precisam ser analisados em seu contexto histórico. Por exemplo, quando afirma que, “os outrora orgulhosos e valentes homens de arco [guerreiros] transformaram-se em índios administrados, isto é, praticamente escravos [...]” (WACHOWICZ, 1995, p.13). A mão de obra usada nas minas no Paraná era escrava, então não haveria porque confundir os índios ‘administrados’ com servidão por contrato, porque não se tratava de índios encomendados.

Quando aborda “as reduções indo-cristãs no Guairá”, o autor adota um discurso que defende as reduções como algo que beneficiou os índios com as obras de catequese e civilização porque “os jesuítas conseguiram fazer penetrar no ânimo dos indígenas os sentimentos de trabalho sistemático e disciplinado [...]” (WACHOWICZ, 1995, p.28-29). Traz informações mais detalhadas sobre a ocupação do território, hoje “Paraná”, por portugueses e espanhóis através dos primeiros desbravadores. Trata também da ação dos jesuítas em suas reduções e fornece explicações bastante detalhadas sobre a sua organização, mas não discute a própria redução enquanto uma forma de exploração e aculturação do índio, o que pode denotar a redução como algo positivo para a sociedade indígena.

Em todos os capítulos, Wachowicz procura primeiro apresentar o panorama histórico mundial e do Brasil, para depois entrar na história regional. Aliás, essa forma de abordagem não é diferente da forma usada pelos autores das outras quatro obras analisadas, e pensamos que nem mesmo da forma como o professor tenta fazer em sala de aula.

O autor afirma que a convivência dos índios com os brancos, segundo o Padre Chagas, era nociva porque os índios eram “completamente ingênuos”, o que “facilitava sua corrupção”. Observamos uma postura paternalista, até mesmo do autor, com relação à condição do índio como aquele que precisa ser “pacificado”, civilizado e cristianizado, sendo que ao longo do texto não há observação que contrarie essa idéia.

Ao abordar, a questão da escravidão, Wachowicz estabelece uma ligação entre História do Brasil e história regional. Quando ele trata “Paraná” deixa a impressão de que o trabalho escravo negro no Estado não foi tão importante quanto o do índio. E no item “Intervenção Inglesa no Paraná: Cormorant” sobre a investida do navio inglês Cormorant em águas brasileiras, para a captura de navios tumbeiros, de acordo com a determinação do Bill Aberdeen (1845), ele relata o evento como uma invasão inglesa em águas brasileiras e a reação dos parnanguaras como um ato patriótico. (WACHOWICZ, 1995, p.135).

Entretanto, existem duas versões e o autor omite o fato de o Porto de Paranaguá ser, na época, muito movimentado com o tráfico de escravos negros. Isso se confirma quando o autor citando Romário Martins, mas sem apontar qual a obra, fala sobre as penalidades impostas pelo governo contra o tráfico. (WACHOWICZ, 1995, p.136).

Algo que caracteriza o texto desse livro é que o autor não faz referência a muitas das suas fontes, a não ser nos textos complementares. O autor aborda o Norte Novo e Novíssimo em apenas um único capítulo. Rapidamente trata da questão da Companhia de Terras Norte do Paraná e da Economia cafeeira. Em sete páginas, Wachowicz trabalha todo o Norte Novo e o Novíssimo. Consideramos que esse aligeiramento deixou de fora assuntos importantes sobre a disputa pela posse da terra como, por exemplo, conflitos em Jaguapitã e Porecatu e baseou-se mais no discurso oficial da Companhia de Terras sobre como se deu a colonização em Londrina e região, e restringindo à questão de terras no Paraná tão somente ao conflito do Contestado.

Apesar de alguns problemas, essa obra tem sido referência para muitos professores que fazem dela uma avaliação positiva e buscam em suas páginas informações para o preparo das aulas sobre história do Paraná.

Considerações finais

Ao analisarmos as obras referenciadas, foi possível perceber que todas se pautam em obras clássicas como a de Romário Martins, e apresentam uma mesma forma de organização dos conteúdos, partindo do geral para o local, seguindo uma ordem cronológica que pensamos ser pautada no povoamento do estado. Sem exceção, são obras que permitem ao professor conhecer inicialmente a história do Paraná, mas que necessitam ter seus conteúdos analisados sob o contexto histórico de sua produção.

Entendemos que o trabalho do professor, na elaboração das aulas sobre história do Paraná, se torna difícil mediante a necessidade da seleção de obras de referência como as que citamos e a que comentamos, as quais requerem uma leitura pausada e reflexiva para sintetizar esse conhecimento e transpô-lo didaticamente em suas aulas. Desse modo, acreditamos que a falta de tempo para análise e reflexão das obras sobre esse conteúdo e de apoio pedagógico podem contribuir para que façam uso de uma fonte que, de preferência, apresente uma grande parte do conteúdo factual e já sistematizado, mesmo que seja inadequada ao grau de ensino.

Com a ausência dessa leitura reflexiva, o trabalho docente pode ficar comprometido com uma visão unilateral dos conteúdos, ficando à margem da proposta de ensinar História com criticidade.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.14, p.32-71, abr. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatorze/matias14.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

CUNHA, Andre Victor Cavalcanti Seal da. **A (Re)invenção do saber histórico escolar: apropriações das narrativas históricas escolares pela prática pedagógica dos professores de História**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPE, Recife, 2005.

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998. (Coleção Fronteiras da Educação).

GEVAERD, Rosi Terezinha. Ferrarini. **História do Paraná: A construção do código disciplinar e a formação de uma identidade Paranaense**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MARTINS, Romário. **A história do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. (Coleção Farol do Saber).

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. ANPUH: contribuições e limites nas definições sobre o ensino de História. **História & Ensino**: Revista do Laboratório de Ensino de História, Londrina, v.9, p.243-257, out. 2003.

RANZI, Serlei Maria Fischer; MARTINS, Claudia Regina Kawka. Profissão docente: formação e prática de professores de história no ensino médio. **História & Ensino**: Revista do Laboratório de Ensino de História, Londrina, v.9, p.273-299, out. 2003.

SILVA, Jorge Antonio de Queiroz e. Globalização e história local. **História & Ensino**. Revista do Laboratório de Ensino de História, Londrina, v.7, p.83-112, 2001.

SILVA, Maria Luciana Brandão. **Trajetórias de vida**. Um estudo de processos formativos de professores de História. Coronel Fabriciano: Unioeste MG, 2004.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. “Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério”. **Educação e Sociedade**, Campinas, n.73, p.209-244, 2000.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995.